

# *Superior Tribunal de Justiça*

**PET no CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 150843 - DF (2017/0025757-4)**  
**RELATORA : MIN. REGINA HELENA COSTA**

REQUERENTE : CAMARA DE COMERCIALIZACAO DE ENERGIA  
ELETRICA - CCEE  
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON E  
OUTRO(S) - SP103560  
REQUERENTE : JUÍZO FEDERAL DA 17A VARA DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E  
DOS TERRITORIOS  
INTERES. : CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A  
ADVOGADO : LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S) - DF001530A  
INTERES. : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A  
ADVOGADO : CLEBER MARQUES REIS - RJ075413

## **DECISÃO**

### **Vistos.**

Fls. 175/205e: Trata-se de pedido formulado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na qualidade de terceira interessada no presente conflito de competência, porquanto passou a figurar como requerida, no polo passivo da ação principal, como sucessora das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, nos termos do art. 108 do Código de Processo Civil de 2015.

Alega ser associação civil de direito privado com finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Integrado Nacional - SIN, realizada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Mercado de Curto Prazo, realizando leilões de energia elétrica, por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (fl. 179e).

Devidamente intimadas (fl. 208e), CELESC Distribuição S/A e Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS concordaram com o pedido (fls. 211/212e e fls. 216/218e), desde que a Requerente figure como substituta processual, nos termos do art. 108 do Código de Processo Civil de 2015.

Em nova petição, a Requerente reafirma que "passou a substituir a ELETROBRAS como gestora dos recursos relacionados à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo necessário a substituição da ELETROBRAS pela CCEE" (fl. 226e), por força do disposto no art. 13, § 5º-A, da Lei n. 10.438/2002. (fls. 224/239e).

**É o relatório. Decido.**

# Superior Tribunal de Justiça

CELESC Distribuição S/A propôs, em face de Centrais Elétricas Brasileiras S/A ELETROBRAS, ação de rito ordinário, objetivando a condenação da Requerida ao pagamento de valores devidos a título de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, acrescido de correção monetária e juros de mora ou o reconhecimento do direito à compensação com os valores devidos por ambas de mesma natureza.

A ação principal foi inicialmente distribuída à 3ª Vara Cível de Brasília/DF e aquele Juízo declinou da competência para processá-la e julgá-la, porquanto haveria interesse da União na presente demanda (fls. 42/43e).

A Autora interpôs o Agravo de Instrumento n. 2015.00.20.294222, e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios negou provimento ao recurso (fls. 53/61e).

O Juízo da 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal declarou-se incompetente para o julgamento do feito e suscitou o presente conflito, sob o fundamento de que a ANEEL não manifestou interesse em intervir na ação e a União apontou interesse exclusivamente econômico, requerendo seu ingresso nos termos do art. 5º da Lei n. 9.469/1997, o qual não seria suficiente para deslocar a competência para a Justiça Federal (fls. 01/05e).

Em decisão terminativa, conheci do conflito, para declarar competente o Juízo suscitado - Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Brasília/DF, nos termos do art. 955, parágrafo único, I, do Código de Processo Civil de 2015 (fls. 97/104e).

As Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS interuseram Agravo Interno (fls. 108/162e) devidamente impugnado (fls. 166/170e).

A Requerente informa que, nos autos principais, sua intervenção como terceira interessada foi deferida nos seguintes termos (fls. 199/205e):

*Tendo em vista a petição de fls. 525/527, bem como a de fls. 551, altere-se o polo ativo do processo para CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE.*

*Cadastre-se no sistema informatizado e anote-se na capa dos autos.*

*A alteração do polo fundamenta-se no art. 108 do CPC em conjunto com o art. 13, §5-A da Lei 10.438/12.*

*Noutro giro, as questões de fato e de direito relevantes à resolução da lide se encontram devidamente delineadas e debatidas.*

*Não há necessidade de produção de novas provas.*

*Venham os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, inciso*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*I do NCPC, observando-se eventuais preferências legais e a ordem cronológica.*

A Lei n. 10.438/2012, com a redação dada pela Lei n. 13.360/2016, dispõe que:

*Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando ao desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)*

*I - promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;*

*II - garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda; (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013);*

*III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;*  
*(...)*

*V - promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e*  
*VI - promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.*

*VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;*  
*(...)*

*XII - prover recursos para pagamento de valores relativos à administração e movimentação da CDE, da CCC e da Reserva Global de Reversão (RGR) pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), incluídos os custos administrativos e financeiros e os encargos tributários;*  
*(...)*

*§ 5º A CDE será regulamentada pelo Poder Executivo e movimentada pela Eletrobras;*

*§ 5º-A. Até 1º de maio de 2017, terá início a administração e movimentação da CDE e da CCC pela CCEE, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno ou externo da administração pública federal sobre a gestão dessas contas. (destaque meus).*

Posto isso, **defiro o pedido**, para inserir o registro, no presente incidente, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como terceira interessada,

# *Superior Tribunal de Justiça*

porquanto foi reconhecida como sucessora das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, nos termos do art. 108 do Código de Processo Civil de 2015 e 13, § 5º-A, da Lei 10.438/2012.

Após, tornem os autos conclusos para apreciação do Agravo Interno (fls. 108/162e).

Publique-se. Intimem-se. Anote-se.

Brasília (DF), 09 de setembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

